



ACÓRDÃO Nº1915/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12231/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Eduardo Jorge de Oliveira Alves (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Lynneu Francisco Campos – 6789 OAB/AM
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5.418/2022-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Ciência. Representação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas do exercício de 2019 do Instituto Municipal De Previdência Dos Servidores De Coari - COARIPREV, de responsabilidade do **Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Alves**, com as recomendações indicadas, além de representação ao Ministério Público Estadual e comunicação à autoridade previdenciária nacional.
- 10.2. **Dar quitação** as contas do exercício de 2019 do Instituto Municipal De Previdência Dos Servidores De Coari - COARIPREV, de responsabilidade do **Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Alves**.
- 10.3. **Dar ciência** ao **Lynneu Francisco Campos - 6789 (Advogado)**, **Luiz Franklin Chaves de Andrade (Contador)** e **Eduardo Jorge de Oliveira Alves (Ordenador de Despesa)**.



ACÓRDÃO Nº1915/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Representar ao Ministério Público estadual contra todos os gestores, do exercício e dos anteriores, quanto aos débitos previdenciários do Executivo municipal, além de comunicação ao órgão devido vinculado ao Ministério da Economia. Nas contas, por todo o exposto, mostram-se afastadas as desconformidades apontadas, apenas ensejando em pontuados casos a emissão de recomendações à origem, diante das ressalvas encontradas.

10.5. Arquivar o processo após cumprimento de decisão.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Novembro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral